



PLATFORM FOR DIALOGUE FOR
**CONFLICT RESOLUTION
IN CABO DELGADO**

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS | www.cddmoz.org

Terça-feira, 10 de Maio de 2022 | Ano 2, n.º 12 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Resolução de Conflitos em Cabo Delgado: Oportunidade para o alcance de uma paz sustentável *

- A resposta militar deve ser combinada com o diálogo a nível local, nacional e regional e deve tomar como ponto de partida as opiniões e perspectivas locais, particularmente as das mulheres e dos jovens mais afectados.



Siphomana Malunga, Director Executivo da OSISA

- Quatro anos após o começo dos ataques violentos no Norte e pouco menos de um ano após o destacamento de 1000 homens das tropas da SADC (SAMIM), a situação, militar, tende a estar relativamente estável em comparação ao ano passado. No entanto, assistimos a ataques frequentes em Nangade e Macomia, resultando na evacuação de pessoas das suas casas e exigindo assistência humanitária. Neste momento, o conflito propagou-se à parte sul de Cabo Delgado.
- O Governo de Moçambique em colaboração com as forças da SAMIM, Ruandesas e outras aparentam estar a desfrutar de algum sucesso no plano do recuo. Mas a província não deve ser descrita como segura, e as deslocações internas continuam a ser muito elevadas.
- O Governo liderou o desenvolvimento da primeira estratégia anti-terrorista com contribuições de doadores internacionais que, segundo relatos, serão financiados na ordem de centenas de milhões de dólares. A estratégia foi adoptada, mas ainda não há sinais de sua implementação.
- A estratégia, embora implicitamente, reconhece de alguma forma os factores internos do conflito, a partir do que foi inicialmente enquadrado como uma invasão conduzida externamente. Este é um passo na direcção certa. Nesta fase, existe um amplo consenso de que o conflito é conduzido por uma multiplicidade de factores, incluindo dinâmicas locais como a desigualdade sócio-económica, marginalização e desinteresse dos jovens, inclusão política e económica, expectativas não correspondidas da indústria do gás, pessoas a serem expulsas das suas terras para criar espaço para o desenvolvimento do gás, entre outros. Confrontar esta realidade é fundamental para o desenvolvimento de soluções efectivas.
- Através da estratégia e de outras iniciativas, o Governo está a promover a reconstrução, a construção de infra-estruturas, a recuperação económica e a resolução da questão dos deslocados internos (IDPs). Existem vários planos em curso que não se cruzam necessariamente uns com os outros. Um desafio igualmente importante é a falta de clareza sobre a participação da sociedade civil nestes planos. Esta é uma oportunidade perdida devido ao papel que a sociedade civil desempenha, e ao valor que a plena participação traria a estes processos.
- Existem dúvidas se esta estratégia é um processo genuíno ou um meio de solicitar financiamento para a reconstrução. O tempo e as acções trarão as respostas. Contudo, devemos assumir a acção como um passo positivo e dar espaço e apoio ao Governo para implementar a estratégia.
- **É** também necessário que se assegure que a(s) agência(s) de implementação tenha(m) a capacidade de fazer o trabalho a ser feito e que as mesmas gozem da confiança das populações locais. Esta, contribuirá para elevar a credibilidade ao trabalho por se realizar.
- Para além do acima referido, a sociedade civil deve desempenhar um papel activo no apoio à implementação, responsabilização do Governo e desempenhar um papel de vigilante (cão de guarda) para garantir transparência, zero corrupção e zero patrocínio à medida que a implementação se inicia. No entanto, é muito mais difícil de se dizer do que se fazer, tendo em conta a realidade dos interesses existentes na economia de guerra, que, sem dúvida, irá lutar pelo espaço nos esforços de recuperação.
- Ao falarmos de coordenação, inclusão e participação, devemos interrogar-nos sobre o papel da Arquitectura de Paz e Segurança da UA e sobre a sua função no futuro. Até à data, para além de apoiar a missão seis meses após o facto, esta assumiu um papel secundário, mas certamente maior e mais produtivo pode

ser imaginado? Embora reconheçamos o desembolso de 2 milhões de euros da UE ao abrigo do Mecanismo de Resposta Rápida da UA, acreditamos que mais pode e deve ser feito. Não quer dizer que devemos descartar o princípio da subsidiariedade, mas sim sugerir que haja uma acção conjunta e apoio necessário para encontrar soluções duradouras para a insegurança no Norte de Moçambique. Esse facto é particularmente importante porque não se trata apenas dos países da SADC envolvidos no apoio ao esforço no Norte de Moçambique. O papel de destaque da UA foi mencionado recentemente, em Abril, pelo Ministro das Relações e Cooperação Internacional da África do Sul, Dr. Naledi Pandor, numa Reunião Extraordinária do Comité Ministerial da Troika (mais Moçambique).

- Ao perspectivarmos o futuro, há outras considerações fundamentais que precisamos de fazer, se a ideia **é que** os esforços para pôr um fim definitivo ao conflito e a reconstrução sejam bem sucedidos. Algumas das considerações são:

- A resposta militar precisa de ser combinada com o diálogo a nível local, nacional e regional. Este diálogo deve tomar como ponto de partida opiniões e perspectivas locais, particularmente as das mulheres e dos jovens, que são os mais afectados.
- É necessária uma grande assistência humanitária, especialmente como resultado da deslocação interna de milhares de pessoas, incluindo saúde mental e apoio psicossocial àqueles que sofreram e vivenciaram atrocidades, incluindo violações, assassinatos, decapitações e raptos.
- A marginalização dos jovens deve ser abordada com políticas claras que procurem envolvê-los na economia e nas esferas políticas.

- A proliferação de armas deve ser abordada com uma política coerente.
- As empresas que operam no Norte têm sido acusadas de violações dos direitos humanos. É necessário que haja uma investigação mais aprofundada e minuciosa sobre a matéria e que o sistema judicial actue devidamente. Não deve acontecer que as multinacionais tenham liberdade de fazer atropelos aos direitos das comunidades locais simplesmente porque trazem investimento directo estrangeiro.
- Do mesmo modo, as violações cometidas por militares, tais como a violência sexual contra as mulheres, devem ser investigadas e legalmente abordadas.
- Os defensores dos direitos humanos, líderes comunitários e agentes cívicos continuam a sofrer ameaças por realizarem o seu trabalho. O Governo deve reagir contra este flagelo e exigir a responsabilização relativamente as armas que são usadas para perpetuar tais ataques, no verdadeiro sentido da democracia.
- É necessária uma interacção mais ampla em relação a reforma do sector de segurança em Moçambique, na íntegra, tendo em conta os valores democráticos e que promova uma abordagem baseada nos direitos à governação do sector. A responsabilização e a supervisão civil são componentes fundamentais de tal reforma, visto que o conflito no Norte expôs gravemente a falta de responsabilização no sector. Igualmente, deve ser dada particular atenção à segurança e protecção das mulheres e raparigas nas zonas de conflito,

tendo em conta os riscos específicos que enfrentam em torno da violência sexual [esta perspectiva vai de encontro à nova estratégia para África].

Existem também acções e recomendações específicas para o sector dos recursos naturais, que poderão constituir uma mais-valia para a economia de Moçambique, no que toca a segurança energética e para a inclusão económica dos cidadãos.

A concentração dos recursos naturais no Norte de Moçambique funciona como um motor para o conflito e eleva a participação quando se trata de intervenção.

- Até à data, o desenvolvimento do sector dos recursos naturais, particularmente gás e minerais, tem sido visto como impulsionado pelas elites e excludente. Isto tem sido particularmente evidente em áreas onde os habitantes locais têm sido expulsos das suas terras para dar lugar aos projectos de capital que lhes tiram o seu sustento, seja através da agricultura ou da mineração artesanal. Este é um dos factores da crise e deve de ser reconhecido em quaisquer iniciativas que visem promover a inclusão económica
- Existem também opiniões segundo as quais a economia ilícita que atravessa o norte, incluindo o tráfico de droga, devem ter capturado as instituições estatais. O nível a que esta economia se encontra entrelaçada com a economia de guerra ainda não foi alvo de investigação. É necessário realizar-se mais estudos sobre os fluxos monetários com vista a fundamentar a abordagem.

Mais estudos sobre fluxos financeiros devem ser feitos com vista a fundamentar a abordagem

- Não há dúvida que o sector do gás em Moçambique pode contribuir lagamente para a segurança energética, o desenvolvimento económico e social de todo o país. Tudo depende de como o Governo poderá sair da crise actual e como irá usar as lições de outras regiões que tenham vivido situações semelhantes. Porém, as lições existem, necessita-se é um governo totalmente empenhado em desenvolver a indústria ao interesse dos cidadãos, e não das elites.

Terá a insurreição violenta prejudicado a democracia em Moçambique? Moçambique é uma sociedade aberta, fechada ou em fechamento?

- Admitir que o conflito é de natureza local e impulsionado por factores que são, por sí, sobretudo locais, é também uma premissa que a governação tem um papel a desempenhar. É difícil rejeitar as alegações de que a má governação tem sido parte do problema.
- Aparentemente, o conflito tem sido usado como mais uma oportunidade para fechar o espaço cívico através do silenciamento de vozes que relatam a situação e daqueles que procuram responsabilizar o governo. O extremismo violento não deve ser efectivamente abordado neste contexto.
- De igual modo, toda e qualquer iniciativa que vise resolver o conflito deve tomar como ponto de partida as opiniões cívicas. Os cidadãos não podem ser vistos meramente como beneficiários passivos de programas governamentais. Trazem consigo conhecimentos, histórias, experiências e perspectivas que podem assegurar políticas e programas adequados. A descentralização é fundamental. A inclusão e a participação dos cidadãos não são elementos opcionais, mas o cerne da intervenção.

- É necessário também falar sobre a importância de credibilidade e legitimidade para as eleições ; ou processos eleitorais que são totalmente captados, levam a democracia conquistada e preparam o caminho para a insegurança.

A implantação do SAMIM é histórica e, à medida que a situação se desenrola, deve se tirar e documentar lições para o futuro. A região da SADC goza de segurança relativa há décadas mas o futuro pode ser muito dife-

rente. Esta experiência deve, no mínimo, informar as políticas e ações a nível da SADC sobre o combate ao extremismo violento.

Finalmente, será este o momento para o Governo de Moçambique abrir canais de diálogo com os insurgentes?

***Siphomana Malunga, Director Executivo da OSISA**



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Siphomana Malunga
Equipa Técnica: Emídio Beula
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

